CONSCIÊNCIA NEGRA NO ENSINO DA ARQUITETURA E URBANISMO, O CASO DO IFBA-BARREIRAS

Delânia Santos Azevedo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
E-mail: delania.azevedo@ifba.edu.br

RESUMO

Para que a educação se realize como prática da liberdade (Hooks, 2013) é preciso um comprometimento ético--político que possibilite novas experiências de aprendizagem. Isto posto, o presente texto dedica-se a investigar como o conceito Consciência Negra vem sendo abordado no Brasil, refletindo como o mesmo pode ser expandido para o ensino da arquitetura e urbanismo, apresentando como exemplo prático alguns trabalhos de conclusão de curso (TCC), a partir da ótica da autora que atua como docente e orientadora de TCCs no bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA Campus Barreiras. A experiencia no ensino permite notar que o caminho é incipiente e muito ainda precisa ser aprimorado, para que realmente haja equilíbrio de tratamento nas epistemologias abordadas, especificamente, nos campos disciplinares da arquitetura e urbanismo. Contudo, o engajamento do corpo docente com grupos externos dedicados à militância contra o racismo, bem como com aqueles que vivenciam a desigualdade sócio territorial, podem ser um caminho profícuo de trocas e enriquecimento da abordagem institucional.

Palavras-chave: Consciência negra; educação; Arquitetura e Urbanismo.

Introdução

O processo de busca da consciência negra no Brasil vem passando por altos e baixos. Há momentos com maior adesão da sociedade e em outros ocorre repulsa ao conceito. Compreendendo a importância deste tema para dirimir o grave problema do racismo brasileiro, as instituições de ensino têm sido convocadas para abordar a temática, pelo menos uma vez ao ano, na data de 20 de novembro.

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Bahia (IFBA) tem buscado implantar o debate étnico racial em todos os seus cursos, sejam eles de nível médio, técnico-profissionalizante ou superior. Em algumas áreas do conhecimento a absorção do tema é mais rápida do que em outras.

Um dos campos disciplinares que compõem o IFBA é o da Arquitetura e Urbanismo. Ao oferecer o primeiro curso superior público em Arquitetura e Urbanismo

do interior da Bahia, na cidade de Barreiras, o instituto se desafia a incorporar e desenvolver a consciência negra também neste projeto pedagógico.

Os dados nacionais demonstram que os cursos de arquitetura e urbanismo ainda se apresentam bastante eurocêntricos, com perfil de egresso de maioria branca e elitizada. Contrariando a média nacional, o IFBA Campus Barreiras tem incorporado as políticas nacionais de reparação, como as cotas raciais para ingresso no ensino superior, bem como desenvolvido práticas pedagógicas com comprometimento ético-político, que possibilitam experiências de aprendizagem focadas na realidade local, nas comunidades periféricas e tradicionais, sabendo que no contexto brasileiro esses territórios são racializados.

Portanto, este exercício analítico inicia com uma abordagem teórico histórica do conceito de consciência negra, segue para a exposição da realidade do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, para então apresentar experiências de futuros arquitetos urbanistas com a diversidade.

Consciência Negra, um conceito

No Brasil, comemora-se oficialmente, no dia 20 de novembro, o "Dia da Consciência Negra", também chamado de "Dia do Orgulho Negro". Neste período há concursos de "beleza negra", prêmios de "Arte e Cultura Negra" (por exemplo, o Prêmio FUNARTE de arte negra), visitação em praças e monumentos dedicados à consciência negra ou a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência contra o regime escravagista, dentre outras práticas pontuais que reverenciam a negritude.

Diante disso, vale refletir sobre o composto linguístico "consciência negra", que aparece, nos mais variados textos, especialmente nesta época do ano. De acordo com Oliveira (2018) essa expressão é usada de múltiplas maneiras: às vezes se referindo ao próprio negro, indicando que o mesmo deve cultivar sua "consciência" (política, filosófica), no intuito de maior engajamento na militância contra o racismo e contra a desigualdade; Em outros casos, é direcionada ao branco, para que tenha consciência das condições injustas a que os negros são submetidos; Em algumas situações o enunciado serve a todo e qualquer leitor, pois todos necessitariam em alguma medida desenvolver a sua consciência sobre a questão racial do país.

Para Oliveira (2018) a Consciência Negra seria um processo que precisa estar em constante aprimoramento. Não se tratando de apenas ter ou não ter. Essa possibilidade de

ampliação da consciência negra é um indício de que a mesma deve ser construída através da formação política/cidadã dos indivíduos, não é uma qualidade ou traço da personalidade, mas um movimento continuado em prol da negritude.

Oliveira (2018) discute ainda que a palavra negritude (negro+atitutude, formando um substantivo abstrato com morfologia similar ao termo "branquitude") teve origem no contexto francês dos anos 1930, a partir dos intelectuais Aimé Césaire e Léopold Senghor. A negritude seria, no contexto dos estudos étnico-raciais, tudo o que diz respeito aos povos negros, "é a consciência de pertencer a uma comunidade étnico-racial, o sentimento que liga secretamente todos os irmãos negros do mundo, que os leva a preservar uma identidade comum". (Munanga, 1986, p. 33)

Pelo exposto, os sentidos de negritude se assimilam daqueles relacionados à Consciência Negra, como a noção de pertencimento à comunidade negra, o sentimento, a identidade e até mesmo a "consciência" relativa à realidade da situação dos negros em uma sociedade desigual. No entanto, Oliveira (2018) destaca que o termo negritude em geral, é usado mais especificamente aos negros, ao passo que "consciência negra" se aplica tanto aos negros, quanto aos brancos, quanto aos negros e brancos conjuntamente. Nessa ótica, "negritude" é mais restrito e "consciência negra" torna-se uma expressão sem um possuidor/vivenciador específico. Por essa razão se tornou mais aceita na sociedade brasileira, pois as possibilidades interpretativas que ela oferece atenuam as tensões que o tema acarreta.

É importante ressaltar que o contexto brasileiro tem a constituição da identidade nacional fortemente marcada pela convivência entre povos e culturas diferentes. Longe de ser pacífico, a história revela que houve em um primeiro momento, o genocídio dos povos indígenas paralelo ao tenebroso regime escravagista, posteriormente a massiva presença de imigrantes de diversas nacionalidades, com tratamentos desiguais. Esse ambiente multicultural segue até os tempos atuais, com tensões que se acirram e se diluem a depender do período histórico, e tem sido apontado como diferenciador e condicionador do funcionamento do racismo no Brasil. Devido a este cenário a expressão mais amena Consciência Negra se torna mais difundida. (Oliveira, 2018)

De acordo com Baptista (2011), o nascimento do termo ocorreu nas organizações do Movimento Negro (MN), mais especificamente no Grupo Palmares que, nas décadas de 60 e 70 do século passado, apareceu no cenário brasileiro como sujeito coletivo e político, buscando o reconhecimento da negritude. Possuindo uma nova concepção da

posição social que os negros ocupavam, muito mais conscientes das injustiças que lhes foram perpetradas e tomando para si a luta por melhores condições de vida, o grupo Palmares reuniu militantes e pesquisadores da cultura negra brasileira, a fim de induzir um processo de conscientização da população sobre a contribuição do negro para o país. Um trabalho árduo que vai (e segue sendo desenvolvido) desde à aceitação do negro em relação à cor de sua pele, ao seu cabelo crespo, às suas crenças e práticas de matriz africana até a sua ascensão política e financeira.

Deste modo, o grupo Palmares escolheu o dia 20 de novembro, para lembrar e homenagear o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, assassinado nesse dia pelas tropas coloniais brasileiras em 1695. A data destinada tem uma orientação comemorativa (celebra a consciência da comunidade negra sobre sua contribuição para o país), mas também está voltada para uma consciência política (busca por ações afirmativas de promoção a igualdade racial, da reivindicação dos direitos da população afro-brasileira), e para uma consciência social (se torna uma referência para a reflexão sobre as consequências do racismo e sobre a pertença étnico racial).

As primeiras publicações sobre a "data negra", são de 1969, mas foi lançado nacionalmente em 1971, pelo Grupo Palmares, em Porto Alegre, RS. Posteriormente, aparece no Manifesto do Movimento Negro Unificado, publicado em 1978. Entretanto, as ocorrências do termo "consciência negra" permaneceram praticamente desconhecidas por quarenta e dois anos, exceto em espaços que debatiam a temática de modo específico. (Oliveira, 2018)

Um passo relevante para alavancar "consciência negra" a um patamar de ampla circulação na esfera pública foi dado pela lei 10.639, sancionada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, que incluía o dia 20 de novembro como data comemorativa no calendário escolar, juntamente com a obrigatoriedade, no currículo escolar, do ensino de história e cultura afro-brasileira[1]. A lei, entretanto, não chegou a ter visibilidade nacional. O reconhecimento em todo o território nacional, de fato ocorreu em 2011, com a lei 12.519, em que a presidenta Dilma Rousseff institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Mais recentemente, na lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, o presidente Lula, reconheceu o valor

[1] Em 2008, a Lei 10.639/03 foi alterada pela Lei 11.645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena ao currículo escolar.

simbólico da data, tornando-a feriado nacional "para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra".

Portanto, o termo "consciência negra" não "nasce" repentinamente através das leis, mas é fruto de um processo que levou décadas, desde os debates entre intelectuais negros até a regulamentação e publicização nacional. Um surgimento gradual, com aparições cada vez mais frequentes, imputadas pelos militantes negros, que vão enxertando a expressão de conteúdo, ao ponto de se tornar uma passagem obrigatória na cena pública, social e educacional.

O ensino da arquitetura e urbanismo

Considerando as análises terminológicas, pode-se perceber quão importante foi (e é) a absorção do tema negritude no currículo das escolas, para a difusão das discussões raciais no país. A partir do momento em que os calendários e currículos escolares precisaram ser alterados para fazer cumprir as prerrogativas legais pipocaram artigos, propostas e contrapropostas reforçando ou mesmo desmerecendo[2] a consciência negra.

Ressalta-se que a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém não prevê, a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior. O que é um contrassenso visto que a formação dos futuros docentes (sejam licenciados ou bacharéis) fica deficitária com a ausência deste conteúdo.

Por isso, em 2013, o Ministério da Educação lançou o Plano Nacional[3] de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Através deste documento as instituições de ensino superior (IES) também são impelidas a abordar em seus conteúdos programáticos a temática negra.

Associado à consolidação do termo no cenário nacional, o MN obteve outras conquistas que favorecem a população afrodescendente, dentre elas a institucionalização das políticas reparatórias. Dentre os vários projetos de lei que tramitaram por mais de dez anos no congresso nacional visando à instituição de ações afirmativas nas instituições de

[2] Por exemplo, ainda é possível escutar pessoas dizendo que não deveria existir consciência negra e sim consciência humana…

[3] BRASIL, 2013.

educação superior, um deles – o PL n. 73/1999 – foi finalmente aprovado na forma da Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012, e logo recebeu a alcunha de Lei de Cotas. Em resumo, esta é uma norma federal que define parâmetros inclusivos, por meio da reserva de vagas, para o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e aos Institutos Federais de ensino técnico de nível médio (IFs) vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

Na prática, a Lei, conforme alteração ocorrida no ano de 2023, prevê a reserva de vagas para variados nichos populacionais, sendo primeiramente, 50% das vagas por instituição, curso e turno destinadas aos alunos que estudaram na rede pública durante toda sua escolarização em nível médio. Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas, dentro do primeiro contingente, voltada para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal per capita é igual ou inferior a um (1,0) salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e quilombolas.

Além de abrangente, por mirar diferentes expressões das disparidades sociais, a Lei de Cotas pode ser considerada potencialmente importante como estratégia para reduzir a estratificação social no acesso à educação. A implantação da política nacional de reserva de vagas ocorreu para inúmeras IFES, com impactos reais na diversificação do perfil dos estudantes de ensino superior do Brasil. Dados discutidos em Silva (2020) demonstram que as políticas de reserva de vagas têm sido uma medida importante para enfrentar a desigualdade de acesso à educação superior, a despeito da cobertura negativa realizada pela mídia brasileira.

Ocorre que, mesmo após as políticas de cotas serem adotadas pelas universidades públicas brasileiras, os cursos de Arquitetura e Urbanismo seguem eminentemente brancos. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que na graduação, em quatro estados do país, o curso de arquitetura e urbanismo possui o menor índice de inclusão racial, quando comparado entre os demais cursos mais concorridos como direito, medicina e psicologia (Silva, 2020). Em 2020, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), confirma esta problemática ao revelar os dados da sua primeira pesquisa sobre recorte racial na categoria profissional, somente 4,33% dos arquitetos e urbanistas se autodeclaram negros, enquanto 78,14%, são brancos.

Essa ausência da população negra nos cursos de arquitetura e urbanismo tem gerado consequências negativas. Desde a impossibilidade de promover a formação

profissional em um contexto de diversidade, até na consolidação de uma estrutura curricular extremamente desconectada da dimensão racial. Esse descompasso pode ser observado na orientação político-pedagógica dos cursos, na elaboração de repertórios, temas, assuntos, conteúdos, e na falta de menções ou teorizações afro centradas.

É fato que após a implementação das políticas de cotas houve maior inserção dos estudantes negros/as em cursos até então elitizados, como é o caso, porém as pesquisas supramencionadas demostram que não tem sido suficiente para tencionar os modos de conhecimento, ou provocar a desconstrução de antigas epistemologias historicamente consolidadas. (Leandro, 2020)

Portanto, as entidades profissionais da arquitetura e urbanismo, como por exemplo CAU, IAB[4], ABAP[5], ASBEA[6], ABEA[7], junto com o poder público, precisam prever ações afirmativas que contribuam com a jornada das pessoas negras, para ingressar nos cursos, permanecer nos estudos e se consolidar como profissionais da área, seja através de subsídios, redução de impostos, bolsas de estudos, ou vagas de destaque através de sistemas de cotas.

As instituições de ensino da arquitetura e urbanismo podem também contribuir com essa mudança buscando romper o modo como a colonialidade se reproduz no contexto educacional. A realidade atual mostra a necessidade de construir novas práticas pedagógicas, disposição para questionar parcialidades e reavaliar paradigmas. A adoção de outras epistemologias, para além daquelas eurocentradas, já aparece como uma demanda do universo acadêmico diversificado. Assim, será possível formar profissionais sensíveis à questão racial brasileira, que questionem a formação e a educação na arquitetura e no urbanismo, que abram suas empresas e priorizem a contratação de pessoas negras periféricas, que sejam resistência e fortaleçam a diversidade étnica também neste campo profissional.

Existem no Brasil algumas iniciativas que contribuem com a consciência negra na arquitetura e urbanismo. Dentre outras pode-se citar: i) as organizações de arquitetos/as negros/as pelo país, na busca por referências afro centradas[8], ii) Grupos de pesquisa e

[4] Instituto de Arquitetos do Brasil
[5] Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
[6] Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
[7] Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura
[8] Exemplos: ARQUITETAS E ARQUITETOS NEGROS PELO MUNDO. Disponível em: <https://presencanegranacid.wixsite.com/arquitetasnegras/outras-iniciativas>. Acesso em: 10 out. 2024. E o APROXIMA: programa em prol da diversidade étnico-racial na arquitetura! Projeto, 5 ago. 2024.

estudos acadêmicos cada vez mais frequentes sobre os territórios negros, tensões étnico-raciais nos espaços, e sobre arquitetura e urbanismo africano, reconhecendo uma fazer arquitetônico afro-brasileiro e afro-ameríndio. iii) Os congressos e seminários com tema específico, que incitam o corpo docente e discente, para um ensino-aprendizagem que também mencione as linguagens africanas e afro-ameríndias nas composições arquitetônicas e urbanísticas.

Ensino da Arquitetura e Urbanismo no IFBA.

No caso específico do Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia da Bahia (IFBA) a educação étnico-racial se torna um elemento obrigatório dos Projetos Pedagógico de Curso (PPC) de todos os cursos. Pois se tratando de uma instituição que oferta ensino em modalidades variadas, envolvendo o ensino médio, técnico-profissionalizante e o ensino superior, muitas vezes de modo verticalizado, ou seja, o estudante pode optar por seguir estudando no IFBA do ensino médio até a graduação, entende-se que todos os cursos precisam abordar, diretamente ou transversalmente, algumas questões centrais, dentre elas a educação das relações étnico-raciais.

Desse modo, o curso bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA, em que esta autora atua como docente, ocorre exclusivamente no Campus Barreiras, e possui em seu PPC[9] a previsão de trabalhar conteúdos étnico-raciais de modo transversal nas disciplinas, especialmente aquelas voltadas para as artes e a história, pois podem combinar discussões sobre passado e presente, trazendo reflexão crítica sobre a sociedade em que vivem e sobre os grupos sociais que a compõem.

O PPC cita ainda a participação no evento institucional anual denominado Semana da Consciência Negra de Barreiras (SECONBA). Neste evento, aberto ao público em geral, as três IES públicas da cidade se reúnem com outras instâncias populares para dialogar sobre temas relevantes à realidade negra e indígena do Oeste da Bahia. Mesmo com dificuldade de engajamento (a participação dos estudantes precisa ser imposta pelos docentes), nota-se a influência deste evento anual na introdução da temática racial na vida acadêmica dos estudantes, pois propicia debates nas disciplinas, a escuta de palestrantes

Disponível em:<https://revistaprojeto.com.br/noticias/conheca-o-aproxima-programa-em-prol-da-diversidade-etnico-racial-na-arquitetura/>. Acesso em: 10 out. 2024.

[9] IFBA, 2022

experts no tema (como representantes das comunidades tradicionais locais) e incita a reflexão crítica sobre a realidade vivida.

Na prática, esse diálogo com a diversidade ainda é incipiente, pois a formação dos professores neste tema é uma busca individual, pouco incentivada pela instituição. Além disso, com as ementas longas e bastante euro centradas, resta pouco espaço para a inserção de novos conteúdos. As possibilidades de abordagem ocorrem com maior frequência nas disciplinas de projeto, em que bairros periféricos, zonas rurais e cidades vizinhas são estudados. Algumas disciplinas teóricas, quando possível, buscam trabalhar com exemplos da diversidade, para lidar com a teoria e crítica da arquitetura e urbanismo.

As disciplinas teórico e prática abordam, sempre que possível, temas relacionados com a realidade local, incorporando nos trabalhos os atravessamentos socioespaciais. Há um incentivo para que os estudantes analisem criticamente suas próprias realidades, suas cidades de origem, os lugares que já percorreram, para que estas reflexões transbordem em proposições espaciais que qualifiquem a vida dos seus pares. Essa abordagem aproxima os estudantes da função social da arquitetura e do urbanismo e os deixa confortáveis em estudar seus próprios espaços.

Nestes nove (09) anos de existência do curso já é possível observar o legado deste exercício de ensino/aprendizagem sobre consciência negra, por exemplo, através dos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). A cada turma de egressos (até o momento tem-se 04 turmas formadas), é possível notar escolhas por temas socialmente relevantes, que oferecem para a sociedade dados, reflexões e propostas para as comunidades vulneráveis e/ou tradicionais do Oeste.

TCCs como legados da Consciência Negra

Neste sentido, são citados a seguir alguns TCCs[10] do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA Campus Barreiras, que exploraram de uma forma muito direta a influência das práticas de ensino aprendizagem étnico raciais do curso em seus projetos. A presente autora atuou nestes trabalhos como orientadora e/ou membro da banca avaliadora:

[10] Os TCCs aqui citados podem ser vistos de modo completo no repositório virtual da biblioteca do IFBA. http://www.repositorio.ifba.edu.br/jspui/handle/120/78.

a) O TCC intitulado '*Mulheres de Rio: um ensaio projetual como forma de re-existência',* elaborado pela egressa Franciele Lopes Rêgo, sob orientação do prof. Me. Osnildo Adão Wan-Dall Junior, defendido em agosto de 2022, demonstra um desejo de intervir na realidade social da região onde vive a autora. No próprio dossiê final, a autora diz que o TCC foi "catalisador para a construção de um pensamento crítico sobre o papel do arquiteto e urbanista dentro de uma sociedade." (Rego, 2022, p.10). Entendendo o espaço do instituto federal – como uma oportunidade para o desenvolvimento de um ser crítico e engajado, o trabalho é atravessado pelas práticas, histórias, narrativas e subjetividades das mulheres quebradeiras de coco babaçu de São Desidério. A experiência com comunidades tradicionais ribeirinhas da região Oeste foi possível após um contato da autora com a sra. Izautina, durante a edição virtual da 17ª Semana da Consciência Negra de Barreiras, que ocorreu remotamente, no ano de 2021. Dona Izautina foi palestrante convidada do evento e abordou a dinâmica das comunidades do Rio Preto, na região rural de Formosa do Rio Preto - Bahia, com uma fala denunciativa retratou uma série de conflitos existentes na região, tais como grilagem verde, as sucessivas tentativas de tomadas dessas terras, além do protagonismo das mulheres na luta pelo território. Esse contato foi primordial para a decisão da autora por aprofundar estudos voltados para comunidades ribeirinhas do Oeste e compreender suas re-existências.

Utilizando a metodologia de narrativas urbanas a autora deu passos nomeados como: Aproximar-se, 2. Delimitar, 3. Narrar. Com o andamento do trabalho, essa sequência foi atualizada, e os passos foram materializados no projeto arquitetônico de um centro de beneficiamento do coco babaçu, a fim de fortalecer as práticas tradicionais dessas mulheres ribeirinhas que lutam contra a construção da Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia, pela preservação do Rio Grande, e pela sobrevivência de suas famílias. O ensaio projetual final traduz os anseios narrados pelas ribeirinhas, com uma arquitetura que representa uma construção afetiva e coletiva.

b) O TCC intitulado *Projeto Paisagístico Para e Com a Escola Vida e Saber, Comunidade de Reforma Agrária do Junco, Angical - Ba*, foi desenvolvido pela egressa Ada Kelle Dias Da Silva, sob orientação da Prof.ª Ma. Delânia Santos Azevedo, defendido em fevereiro de 2023. Trata-se de uma proposta detalhada, em estágio de anteprojeto, que foi desenvolvido para e com a Comunidade do Junco I, localizado no município de Angical/BA. Esta localidade nasceu de um assentamento de reforma agrária pioneiro na região Oeste da Bahia e nos dias atuais vivencia necessidades de maior

infraestrutura, especialmente nas áreas de saúde e educação. O trabalho foca em melhorias na escola da comunidade, foi desenvolvido por meio de uma metodologia participativa com estudantes, professores e moradores/as do Junco I, contribui com propostas arquitetônicas e paisagísticas para a localidade, apresentando soluções para áreas de lazer e esportes na comunidade e na escola.

Ao acessar todo o material produzido neste TCC é possível considerar a escolha temática e metodológica deste projeto paisagístico como um legado da crescente consciência negra no Oeste da Bahia. Quando a autora se depara com a realidade da escola alvo da intervenção, local de trabalho de sua mãe professora, decide interagir sensivelmente com a comunidade escolar e propor melhorias que qualifiquem não só as práticas de ensino e aprendizagem, mas também a autoestima e a vida dos moradores da comunidade Junco I.

c) O TCC intitulado *Projeto Arquitetônico para a Escola Municipal São Francisco, Quilombo Barrinha, Bom Jesus da Lapa-Ba,* com autoria da egressa Mércia Silva dos Santos, sob orientação da Prof.ª Ma. Delânia Santos Azevedo, defendido em fevereiro de 2023, também se refere à educação escolar como elemento crucial para o desenvolvimento humano, acreditando que esta amplia e fortalece aspectos como a capacidade intelectual, moral, habilidades e competências do indivíduo. Diante disso, a autora se debruça na compreensão da história de Bom Jesus da Lapa, e do seu entorno permeado por várias comunidades quilombolas, decide então focar na educação escolar quilombola, através da proposta de estrutura física adequada ao ensino, e que esteja de acordo com as especificidades da comunidade escolhida, o Quilombo Barrinha.

A partir das demandas levantadas pelos moradores, aplicando metodologias participativas, foi elaborado um projeto arquitetônico para uma nova sede da Escola Municipal São Francisco, localizada no Quilombo Barrinha, e que atualmente atende ao ensino infantil e ensino fundamental I, porém de forma precária e sendo ameaçada de fechamento. O projeto arquitetônico desenvolvido proporciona uma edificação com capacidade para atender a várias necessidades (objetivas e subjetivas), além de reforçar a relevância do desenvolvimento da educação escolar quilombola dentro do território da Barrinha.

Considerando que a autora é natural da cidade de Bom Jesus da Lapa, ela explicita no trabalho o desejo de retomar a seu local de origem com uma devolutiva acadêmica. Tal temática foi iniciada como um estudo na disciplina Tópicos em História da Cidade e

prosseguiu como atividade de conclusão de curso. Fortalecendo assim o sentimento de pertença e a compreensão desta autora sobre sua terra natal.

d) O TCC intitulado *Povoar: proposta de intervenção para a Aldeia Tuxá Kiniopará,* de autoria da egressa Thainá Santos Ribeiro, sob orientação da Prof.ª Ma. Jurema Moreira Cavalcanti, defendido em fevereiro de 2023, apresenta estudo sobre os embates que atravessam os territórios indígenas, conjugado ao conceito de territorialidade, de modo específico a necessidade de atenuar os impactos resultantes da mudança forçada que acometeu o Povo Tuxá Kiniopará, reassentado no município de Ibotirama-BA, após a perda dos seus territórios originários em Rodelas-BA.

A aldeia mãe de Rodelas foi alagada após a construção da Barragem Itaparica — também denominada Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga — instalada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com isso os Tuxá Kiniopará além de lidarem com a perda do território, passam a ter que repensar toda sua territorialidade e modo de vida.

Neste trabalho, a autora visa atender não apenas algumas demandas coletadas durante as visitas de campo, mas também desenvolver propostas que reafirmem o espaço e contribuam com o sentido de povoar. Desse modo, foi fundamental o entendimento da realidade social da população, os fluxos e a vida desenvolvidos na nova aldeia, acima de tudo a percepção das problemáticas enfrentadas pelo povo no seu cotidiano. O que resultou na realização em um projeto urbanístico, com foco na infraestrutura, que visa atender duas vertentes: i) abastecimento de água, tanto para a população quanto para a irrigação das roças; ii) equipamento cultural, como agente fortalecedor no processo de pertencimento desse povo no novo território.

Vale destacar que o primeiro contato da autora com a realidade desta população, foi a partir da disciplina de Projeto Urbanístico III, experiência singular que a motivou na decisão de aprofundar os conhecimentos com esta comunidade através do seu TCC.

Outros trabalhos de conclusão de curso poderiam ser citados, como por exemplo os recém apresentados, em setembro de 2025, que versam sobre bairros periféricos das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, e expõem o recorte racial dos moradores, bem como o racismo ambiental ali presente.

Em cada um dos trabalhos mencionados há uma grande preocupação das/os autoras/es e suas/eus orientadoras/es em lidar respeitosamente com as comunidades. Buscando primeiro se aproximar, compreender a realidade, ouvir e perceber suas

características, para posteriormente, junto com, propor espaços arquitetônicos e/ou urbanísticos.

Outras práticas do curso exercitam esse cuidado, mas o TCC é a reta final, em que o estudante, quase profissional, é livre para abordar qualquer tema de seu interesse, e de posse dessa liberdade, muitos deles têm optado por seguir projetando em consonância com a comunidade. Os relatos sobre esses TCCs demonstram que a prática pedagógica do curso de arquitetura e urbanismo da IFBA Campus Barreiras está encontrando aderência nas vontades de muitos dos formandos, inscrevendo um legado de consciência negra sobre os futuros arquitetos urbanistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento histórico teórico sobre as lutas do movimento negro no Brasil nos faz compreender a importância de cada ato. A obrigatoriedade das atividades em torno da semana da consciência negra nas escolas, a lei de cotas para ingresso no ensino superior e nos concursos públicos, a curricularização da história e cultura afroindígena, são passos importantes, induzidos pelo movimento negro, na direção da justiça e do respeito a todas as pessoas.

No intuito de aplicar essas políticas reparatórias, sugere-se trabalhar as questões étnico-raciais nos projetos pedagógicos do ensino superior, visto que se torna frutífero na vida acadêmica e pessoal dos futuros profissionais. Os exemplos de TCCs, sucintamente aqui apresentados, são uma demonstração de que a consciência negra está crescente no oeste da Bahia. Revelam que quando as instituições de ensino se unem à sociedade civil, para um exercício de troca e mútuo aprendizado, todos os envolvidos crescem enquanto cidadãos, podem encontrar soluções para os problemas socioambientais e assim, caminhar na direção de uma sociedade mais justa.

Vale ressaltar que o caminho é incipiente e muito ainda precisa ser aprimorado para que realmente haja equilíbrio de tratamento nas epistemologias abordadas, especificamente, nos campos disciplinares da arquitetura e urbanismo. Contudo, o engajamento dos docentes com grupos externos dedicados à militância contra o racismo e aqueles que vivenciam as desigualdades sócios territoriais, tal como o Coletivo Seconba, os bairros periféricos, as comunidades tradicionais, dentre outros, enriquece a abordagem institucional e por isso deve ser mais valorizado e incentivado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Rodrigo. (2021, 18/11). Dia da Consciência Negra, 50 anos: liberdade conquistada; não concedido. Agência Senado, 10p. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/dia-da-consciencia-negra-50-anos-liberdade-conquistada-nao-concedida. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, SECADI, 2013a. Disponível em: https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IFBA, Instituto Federal Da Bahia (ED.). PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO. [s.l.] https://portal.ifba.edu.br/barreiras/anexos-2022/abril/PPCAUIFBA2022.pdf, 2022.

LEANDRO, Gabriela. Episódio 10 - Arquitetos e Arquitetas Negras pelo Mundo. Grupo de estudos Corpo, Discurso e Território (FAUFBA), 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4TK0QsnZeu7otbdNaTPJ1I?go=1&sp_cid=55fbb675ab8da07b1576c127efdb9141&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1&dlsi=672cc0f8a0b04ef1> Acesso em: 10 out. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Hélio de. O racismo que (não) se vê: a fórmula Consciência Negra e a atopia do discurso racista brasileiro. 2018. 1 recurso online (221 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1633809. Acesso em: 2 out. 2025.

SILVA, Tatiane Dias (ED.). AÇÃO AFIRMATIVA E POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERFIL DISCENTE. [s.l.] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2020. v. 2569. 54p. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

Recebido em: 03/10/2025
Aceito em: 13/11/2025
Publicado em 25/11/2025